

PEDRO PAULO MACHADO BASTOS

## **OS SABERES DO URBANO CONTEMPORÂNEO:**

Reflexões sobre práticas interdisciplinares na produção do  
conhecimento urbano.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Especialização em Política e Planejamento Urbano do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

RIO DE JANEIRO

2015

PEDRO PAULO MACHADO BASTOS

## **OS SABERES DO URBANO CONTEMPORÂNEO:**

Reflexões sobre práticas interdisciplinares na produção do  
conhecimento urbano.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Especialização em Política e Planejamento Urbano do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista.

Aprovado em: \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA:**

## RESUMO

Esta monografia tem o objetivo de propor reflexões sobre como a produção do conhecimento no campo do urbano pode se qualificar diante das discussões que caracterizam-no contemporaneamente como uma concepção cujo significado vai além de um território ou uma morfologia espacial específica. Para tal, as reflexões deste trabalho dialogam com formas alternativas e complementares na produção do conhecimento científico, como a interdisciplinaridade. Nesse sentido, utilizamos os prognósticos de Henri Lefebvre, nos anos 1970, como ponto de partida para comparar seus prenúncios sobre a emergência de uma sociedade urbana com o período de transição urbana evidenciado na atualidade. E, por entender a complexidade deste “novo” urbano, acredita-se que as práticas interdisciplinares de produção do conhecimento possam transgredir, em certa medida, as limitações do paradigma científico hegemônico calcado na parcialização do conhecimento em prol de um outro que se mostre mais integrado e conectado com diversos saberes intrínsecos ao campo em desenvolvimento do urbano contemporâneo.

**Palavras-chave:** Transição urbana. Urbanização extensiva. Ciência urbana. Interdisciplinaridade.

## **ABSTRACT**

This paper aims to propose thoughts about how the production of knowledge in urban field can qualify itself by the discussions that characterize the contemporary urban as a concept that goes beyond a territory or a specific spatial morphology. For this, the thoughts presented in this work are articulated with alternative and complimentary forms of producing scientific knowledge such as the interdisciplinarity. In this sense, we use the predictions of Henri Lefebvre, in the 1970s, as a starting point to compare his harbingers over an urban society in emergency with the evidence of an urban transition period that takes place nowadays. By understanding the complexity of this new urban, it is believed that the interdisciplinary practices of knowledge can transgress to some extent the limitations of the hegemonic scientific paradigm based on the fragmentation of knowledge in favor of a more integrated and connected one founded in a variety of intrinsic knowledge pertaining to this contemporary urban field in development.

**Keywords:**Urban transition.Extended urbanization.Urban science.Interdisciplinarity.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1. NUANCES E PARTICULARIDADES DO URBANO CONTEMPORÂNEO .....	4
2. AS LIMITAÇÕES DO CONHECIMENTO URBANO DISCIPLINAR.....	14
3. INTERDISCIPLINARIDADE E REFLEXÕES .....	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	36

## INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea está permeada por uma transição urbana: desde 2008, mais da metade da população mundial já vive no meio urbano e a explosão de megalópoles, por exemplo, tem se mostrado um fenômeno cada vez mais comum quantos aos processos de urbanização em todo o planeta. Nesse panorama, além de uma série de transformações espaciais em curso, pode ser evidenciada também outra de reposicionamentos institucionais que direcionam o urbano como modo de vida hegemônico e modelo propulsor de desenvolvimento de áreas antes designadas rurais e não urbanas.

No contexto atual, este urbano é, portanto, algo móvel, um processo que caminha rumo a uma inesgotável totalidade. É uma metanarrativa cujos conceitos tradicionais, tais como as ideias de que o urbano se refere exclusivamente a uma morfologia espacial ou a um território específico, vem se revelando paulatinamente precários para explicá-la em toda sua complexidade.

Tendo o cenário apresentado como problemática, este trabalho monográfico tem o objetivo de propor reflexões sobre como a produção do conhecimento científico na área urbana pode se qualificar diante da complexidade percebida pelos efeitos do processo de urbanização extensiva em curso. Levando em consideração que o campo científico em geral é enlevado por uma estrutura disciplinar (e, portanto, parcializada) da produção do conhecimento, esta monografia defende a necessidade de se pensar este urbano contemporâneo mediante práticas alternativas de produção, como a interdisciplinaridade.

A interdisciplinaridade tem se mostrado uma estratégia, que, de forma crítica, procura transpassar os limites do conhecimento simplificador e compartimentalizador da ciência moderna. Acredita-se que a interdisciplinaridade, enquanto estratégia para a produção do conhecimento, possa ser útil para desvelar e integrar saberes que se acumulam nas "fronteiras" das disciplinas urbanas, tais como a arquitetura, o urbanismo, a demografia, a geografia, a administração pública, a economia, e toda sorte de conhecimentos que estejam relacionados ao estudo do urbano. Vale destacar que Christian Topalov (1991) é referenciado nesta monografia como um autor cuja obra permitiu entender melhor o surgimento dessas disciplinas, mas,

antes de tudo, as motivações que incitaram a criação de um campo científico dedicado ao urbano.

A interdisciplinaridade se justifica, portanto, como uma estratégia de produção do conhecimento capaz de oferecer melhores respostas e compreensões referentes aos processos de transformações espaciais, políticas, sociais, culturais, econômicas, etc., incitadas pela disseminação deste urbano de que o trabalho trata em escalas cada vez maiores.

Como sustento ao argumento da interdisciplinaridade como alternativa viável de resposta a esse fenômeno, esta monografia discorre de maneira sucinta sobre a base e as características do paradigma científico moderno no qual a ciência urbana se desenvolveu. Com base em Augusta Thereza de Alvarenga, Arlindo Philippi Jr., Américo Sommerman *et al*, autores contribuintes da coletânea *Interdisciplinaridade em Ciência Tecnologia & Inovação*, organizada por Arlindo Philippi Jr. e Antônio José da Silva Neto (2011), assinalou-se, de maneira crítica, os argumentos que caracterizam a ciência moderna como uma ciência “limitadora” mediante as suas origens e princípios básicos em relação ao que vivemos hoje.

O trabalho desses autores foi importante para a composição de parte do conteúdo desta monografia não só por ser uma compilação de outros estudiosos do tema, mas também por ser uma discussão necessariamente articulada com os rumos da produção do conhecimento no contexto da comunidade científica brasileira.

Recorreu-se, do mesmo modo, à contribuição do sociólogo estadunidense Immanuel Wallerstein (2002) para qualificar a ideia de que a ciência moderna é particularizada pelo conflito de “duas culturas” (filosofia *versus* ciência) cujas quais as práticas interdisciplinares tentarão reuni-las, de algum modo, como elementos complementares à produção do conhecimento, e não como elementos competidores tal qual a estrutura disciplinar imperiosamente as colocou.

Já quanto às particularidades do urbano contemporâneo, esta monografia utilizou-se dos prenúncios de Henri Lefebvre em *O direito à cidade* e *A revolução urbana*, obras publicadas nos anos 1960 e 70, sobre os efeitos do duplo processo de urbanização e industrialização, que, futuramente, subjugariam a sociedade como um todo (e virtualmente) aos domínios, práticas e influências urbanas – o que Lefebvre designa de “zona crítica”.

Esses prognósticos, galgados na ideia de um urbano ideológico, encontram diálogo com as evidências atuais de que realmente existe um *processo urbano*. Roberto Luis Monte-Mór (2006), Harley Silva e Monte-Mór (2010) e Neil Brenner (2013a; 2013b) ajudam a entender e a delinear, respectivamente, como se dá esse processo de urbanização extensiva e como é possível refletir sobre o urbano fora dos seus conceitos tradicionais – isto é, se há um processo urbano, como ele pode ser identificado? Por sua vez, Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro (2014) e o relatório publicado pela ONU-Habitat (2012), *StateofLatin American andCaribbeanCities:towards a new urbantransition*, contribuem com dados e informações que ilustram os desafios referentes ao período de transição urbana pelo qual passa a sociedade e seus espaços.

Em suma, esta monografia entende o urbano a partir de sua perspectiva contemporânea como uma realidade articulada com diferentes questões espaciais, políticas, institucionais, culturais, econômicas, etc., que exige uma maior sofisticação da produção do seu conhecimento a favor da complexidade em que essa realidade está circunscrita. Para isto, o presente trabalho considera pertinente orientar o campo da ciência urbana rumo a práticas interdisciplinares de conhecimento como modo alternativo e eficiente de resposta às exigências de se pensar este urbano como uma totalidade em contínuo desenvolvimento, e não mais como aspectos fragmentados e/ou parcelas imóveis de um espaço.



## 1. NUANCES E PARTICULARIDADES DO URBANO CONTEMPORÂNEO

Em suas obras *O direito à cidade* (2001) e *A revolução urbana* (2004), ambas publicadas entre o final dos anos 1960 e início dos 70, Henri Lefebvre traçou um eixo abstrato em que assinalava numa escala de zero a cem por cento o grau de desenvolvimento da cidade desde a ausência de urbanização – ou seja, desde a “pura natureza” (2004, p. 20) – até à culminação deste processo, que resultaria, por conseguinte, numa realidade urbana. Esta realidade se baseia na ideia de uma urbanização extensiva, que se prolifera para além de seus domínios originais, consumindo e subjugando as áreas rurais (ou não urbanas) ao seu controle. Desse modo, tal eixo, ao mesmo tempo espacial e temporal, aponta os diferentes estágios pelos quais a cidade estaria percorrendo para atingir tal realidade.

Definidos por Lefebvre como “descontinuidades”, os estágios equivalem aos períodos de transição e ruptura entre os modelos de cidade até então evidenciados e que se articulam historicamente como parte de um processo contínuo de desenvolvimento.

A primeira delas, a cidade política, é inserida no eixo espaço-temporal perto da origem, isto é, junto à “pura natureza”, à ausência de urbanização. Essa cidade política é caracterizada em grande parte pelo estabelecimento de uma vida social organizada em torno da agricultura e da aldeia cujo controle pertence à cidade. A cidade política comanda o campo em função dos seus interesses, mas dominando-o por meio de um controle tão somente político.

Na segunda parte do eixo, logo após o surgimento da cidade política, aparece a cidade mercantil, aquela baseada nas trocas comerciais e no aparecimento de funções, formas e estruturas citadinas que reconfiguram o modelo anterior. Como exemplo, cabe destacar a aparição dos burgos, que centralizaram a influência e o poder da cidade a partir das suas praças de mercado, lugar para onde era levada e comercializada a produção do campo. Vê-se, nesse cenário, uma dominação ainda mais ampla da cidade sobre o campo, embora, neste caso, por meio do poder comercial institucionalizado pela entrada de uma burguesia nascente no poder em substituição ao mandato das elites, que comandavam a cidade perante uma coerção político-ideológica desta frente ao campo (LEFEBVRE, 2004; MONTE-MÓR, 2006).

À vista disso, a cidade mercantil implantada na cidade política segue sua “marcha ascendente” (LEFEBVRE, 2004, p. 25) rumo à cidade industrial, dominada pela indústria nascente e, logo, pelo capital industrial. Esta é a cidade que absorve o crescimento das trocas comerciais por intermédio da produção industrial, cuja magnitude vai do “escambo ao mercado mundial, da troca simples entre indivíduos até a troca dos produtos, das obras, dos pensamentos, dos seres humanos” (idem, p. 26). Segundo Monte-Mór (2006),

a cidade passou a não mais apenas controlar e comercializar a produção do campo, mas também a transformá-la e a ela agregar valor em formas e quantidades jamais vistas anteriormente. O campo, até então predominantemente isolado e auto-suficiente, passou a depender da cidade para sua própria produção, das ferramentas e implementos aos bens de consumo de vários tipos, chegando hoje a depender da produção urbano-industrial até para alimentos e bens de consumo básico (p. 13).

É a partir daí onde ocorre uma inflexão do agrário para o urbano (LEFEBVRE, 2004), cujo domínio espacial, através da indústria e da industrialização, passou a ganhar contornos mais bem demarcados e concentrados ao mesmo tempo em que foi (e vem) se amplificando para fora de seus domínios até então circunscritos a uma morfologia e práticas próprias. Isto é, este urbano se concentra mas também se espalha; ele é um *processo* e não um estado: é um fenômeno “móvel”, que se estende espacialmente a partir de grandes concentrações.

A esse processo particular Lefebvre (2001; 2004) designa de implosão-explosão. O primeiro termo, “implosão”, supõe a concentração expressiva e crescente da população na cidade ao passo que o segundo termo, “explosão”, se refere à proliferação do tecido urbano contra a vida agrária. A “explosão” ocorre não só através do meio urbano construído – isto é, mediante uma morfologia espacial tipicamente urbana de acordo com a imagem projetada pelo urbano industrial – mas também por meio da difusão de um estilo de vida que transcende a fronteira da cidade industrial para manifestar-se no campo<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Manuel Castells (2000) em “A questão urbana” também retrata o desenvolvimento das cidades até a sua fase extensivamente urbana, com enfoque especial nas sociedades periféricas (ou dependentes). Para este trabalho, no entanto, preferiu-se utilizar a sistematização de Lefebvre (2001; 2004) para a obtenção de uma ilustração mais pragmática e geral sobre o que consistiria uma sociedade urbana dentro do objetivo desta monografia.

Em outras palavras,

A implosão-explosão (metáfora emprestada da física nuclear), ou seja, a enorme concentração (de pessoas, de atividades, de riquezas, de coisas e de objetos, de instrumentos, de meios e de pensamento) na realidade urbana, e a imensa explosão, a projeção de fragmentos múltiplos e disjuntos (periferias, subúrbios, residências secundárias, satélites etc.) (LEFEBVRE, 2004, p. 26).

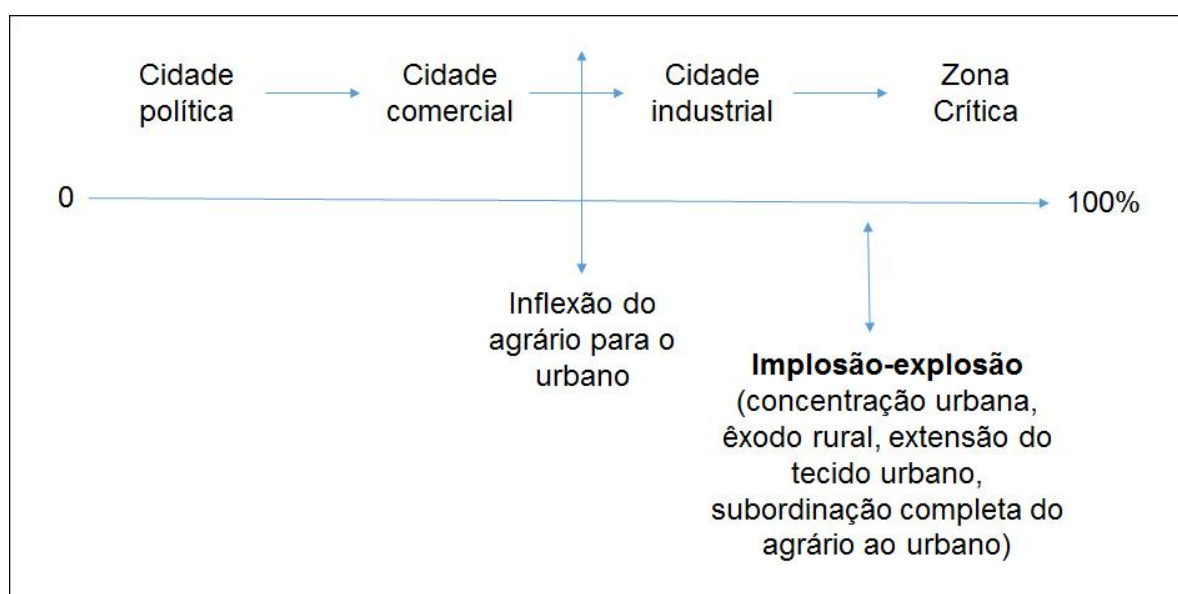
Segundo Lefebvre (2001; 2004), o processo de implosão-explosão faz parte de uma “zona crítica” da cidade industrial que, numa leitura mais pormenorizada, poderia ser considerada uma segunda inversão de sentido e de situação do eixo espaço-temporal. Tal zona crítica se refere, portanto, ao desenlace de um processo global de industrialização e urbanização que subordina – desta vez, completamente – o agrário ao urbano e que adensa e prolifera este urbano para seus espaços contíguos e, sucessivamente, para os seus espaços mais afastados. Esse panorama promove o êxodo rural a favor da planificação racional da produção industrial, apropriando e administrando o urbano como a disposição territorial que lhe é particular.

Essa zona crítica caracteriza, por conseguinte, o vislumbre de que uma sociedade (virtualmente) urbana está em emergência. Diferentemente das antigas sociedades que foram sendo transformadas – e, logo, esgotadas – conforme as suas respectivas “descontinuidades”, esta sociedade urbana prevista por Lefebvre pode ser definida como um fenômeno social que rumo à totalidade sem, no entanto, atingi-la (por isso ela é virtual):

O urbano (abreviação de “sociedade urbana”) define-se portanto não como realidade acabada, situada, em relação à realidade atual, de maneira recuada no tempo, mas, ao contrário, como horizonte, como virtualidade iluminadora. O urbano é o possível, definido por uma direção, no fim do percurso que vai em direção a ele (LEFEBVRE, 2004, p. 28).

Esse fenômeno constitui a premissa de que a sociedade contemporânea experimentaria um processo global de transição urbana<sup>2</sup> que jamais se esgotaria, particularizando, desta maneira, a ideia de “zona crítica” (ou ponto crítico) da cidade. Além disso, a problemática da zona crítica apontada por Lefebvre (2001; 2004), tal qual a concepção que o termo “crítico” literalmente exprime, reside não só no desafio de se estudar com precisão um *objeto virtual* – e, ao mesmo tempo, um *objeto possível* de hipótese e análise –, mas também em fundamentações ideológicas.

**Esquema 1** – Eixo espaço-temporal da cidade não-urbanizada até à cidade cuja urbanização é completa.



Fonte: LEFEBVRE (2004, p. 27).

Refletida sobre os impactos dos protestos de Maio de 1968 na França, as concepções de direito à cidade e, posteriormente, de revolução urbana levantadas por Lefebvre em seus livros homônimos invocam que a sociedade industrial corresponde a um corpo social cujas práticas não são espontâneas, mas sim coagidas em prol da dominação técnica industrial sobre a sua natureza civil.

Para esse caso, cabe destacar que Lefebvre (2004) problematiza a cidade industrial associando-a a uma *não-cidade*. Diferentemente das cidades política e

<sup>2</sup> O termo *transição urbana* é empregado em Silva e Monte-Mór (2010) como o fenômeno em que o percentual da população urbana mundial seja maior que aquele da população residente em áreas rurais, o que configura a presença majoritária de uma população urbana no planeta e, desde logo, uma sociedade urbana em emergência à medida que o primeiro percentual cresce sobre o segundo.

mercantil, cujas funções e características primordiais são intrinsecamente ligadas aos agrupamentos sociais em suas ocupações territoriais espontâneas,

sabe-se que inicialmente a indústria se implanta – como se diz – próxima às fontes de energia (carvão, água), das matérias-primas (metais, têxteis), das reservas de mão-de-obra. Se ela se aproxima das cidades, é para aproximar-se dos capitais e dos capitalistas, dos mercados e de uma abundante mão-de-obra, mantida a baixo preço. Logo, ela pode se implantar em qualquer lugar, mas cedo ou tarde, alcança as cidades preexistentes, ou constitui cidades novas, deixando-as em seguida, se para a empresa industrial há algum interesse nesse afastamento (LEFEBVRE, 2004, p. 25).

Logo,

O que é que foi “socializado”? Os signos, ao entregá-los ao consumo: os signos da cidade, do urbano, da vida urbana, bem como os signos da natureza e do campo, os da alegria e da felicidade, sem que uma prática social efetiva faça com que o “urbano” entre para o cotidiano. A vida urbana só entra nas necessidades de marcha à ré, através da pobreza das necessidades sociais da “sociedade socializada” (LEFEBVRE, 2001, p. 81).

Assim,

*O direito à cidade* se afirma como um apelo, como uma exigência. (...) não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada (*idem*, p. 116-117, grifo do autor).

Em outras palavras, pode-se inferir que a cidade industrial ganha a conotação de originalmente pertencer à não-cidade por ela própria ser a imposição de um paradigma que rompe com as aglomerações baseadas em relações estritamente sociais, ainda que sob a égide de uma coerção político-militar e/ou mercantil (como as cidades política e mercantil). A cidade industrial, nesta leitura, parece dar espaço a uma “socialização da sociedade” regida pela dominação técnica industrial que, por sua vez, restringe a natureza social a uma dependência vinculada exclusivamente à indústria. Daí a ideia de que a formação da cidade industrial se resumiria a uma não-cidade, por tratar-se de um movimento de concentração populacional em função das

necessidades da indústria e da lógica do industrialismo (MONTE-MÓR, 2006), e não da cidade em si, pois a indústria, conforme o apontamento de Lefebvre (2004), pode implantar-se em qualquer lugar – é independente.

Assim, essa cidade, enquanto lócus do excedente coletivo e também do poder político, se adensa em si mesma (implosão) na medida em que se amplifica (explosão) para acomodar as suas indústrias, provedores e trabalhadores, conurbando áreas no seu entorno que tenderão a se multiplicar neste ciclo conforme o crescimento da produção industrial e as necessidades da reprodução coletiva da força de trabalho (MONTE-MÓR, 2006).

Diante disso, é apropriado caracterizar a urbanização contemporânea, esta que faz parte da zona crítica enunciada por Lefebvre (2004), como uma urbanização extensiva cujo

tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária. Estas palavras, "o tecido urbano", não designam, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo. Nessa acepção, uma segunda residência, uma rodovia, um supermercado em pleno campo, fazem parte do tecido urbano (p. 17).

Monte-Mór (2006) argumenta que a explosão do urbano para as suas áreas circundantes também se configura na extensão da práxis sociopolítica e espacial própria do espaço urbano-industrial para essas áreas ditas rurais (ou não urbanas). No contexto da zona crítica de Lefebvre, essa práxis torna-se, em resumo, uma "práxis urbana"<sup>3</sup> (LEFEBVRE, 2004), que se conjuga com a emergência em curso de uma sociedade (portanto e como um todo) urbana.

Nesse sentido, a práxis urbana dialoga com as concepções de Lefebvre sobre o direito à cidade e a revolução urbana no sentido de que o urbano, ao estender-se sobre áreas não urbanas, carrega consigo todas as suas particularidades, toda a sua conjuntura engendrada nos interesses da produção industrial e da reprodução

---

<sup>3</sup> A conotação marxista de práxis se refere à ação, "à atividade livre, universal, criativa e auto-criativa, por meio da qual o homem cria (faz, produz) e transforma (conforma) seu mundo humano e histórico e a si mesmo; atividade específica ao homem, que o torna basicamente diferente de todos os outros seres" (BOTTOMORE, 2001, p. 292). À vista disso, a práxis urbana pode ser interpretada, então, como a ato cuja criação e transformação advém da lógica do industrialismo – isto é, não é inerente ao homem, mas sim à dominação técnica industrial que orienta o sentido do urbano.

coletiva da força de trabalho. Logo, é cabível dizer que o urbano extensivo incorpora todo o cenário de luta política pelo controle dos meios coletivos de reprodução (MONTE-MÓR, 2006) às suas novas áreas de alcance, permitindo, em paralelo, que a problemática do direito à cidade e da revolução urbana ganhe dimensões gradativamente maiores na medida em que o urbano se espraia.

Dados do relatório *State of Latin American and Caribbean Cities 2012: Towards a new urban transition* publicado pela ONU-Habitat em 2012 mostram como o urbano tem se apresentado paulatinamente como uma realidade em progresso tal qual Henri Lefebvre denunciou nos anos 1970 e Monte-Mór (2006), Silva e Monte-Mór (2010) e Brenner (2013a) dissertam em suas produções científicas mais recentes. Segundo a publicação, o número de cidades cresceu seis vezes entre 1960 e 2012, onde metade da população urbana atualmente vive em cidades com menos de 500 mil habitantes ao passo que 14% desta vive em megacidades (mais de 222 milhões no primeiro caso, e 65 milhões no último). Em 2008, a população urbana mundial ultrapassou a marca de 50% do total (SILVA e MONTE-MÓR, 2010).

Na América Latina, evidencia-se a constituição de megalópoles no Brasil, no México e na Argentina: uma ao redor do eixo formado por São Paulo, Campinas, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, com mais de 45 milhões de habitantes; outra na região da Cidade do México, com mais de 34 milhões de habitantes; e mais uma na área de Buenos Aires, dispendo de aproximadamente 12,5 milhões de residentes. Para meados do século XXI, espera-se que 91,4% da população latino-americana já esteja vivendo nas cidades<sup>4</sup>, seguida da europeia (90,7%) e da norte-americana (90,2%)(ONU-HABITAT, 2012; RIBEIRO, 2014)<sup>5</sup>.

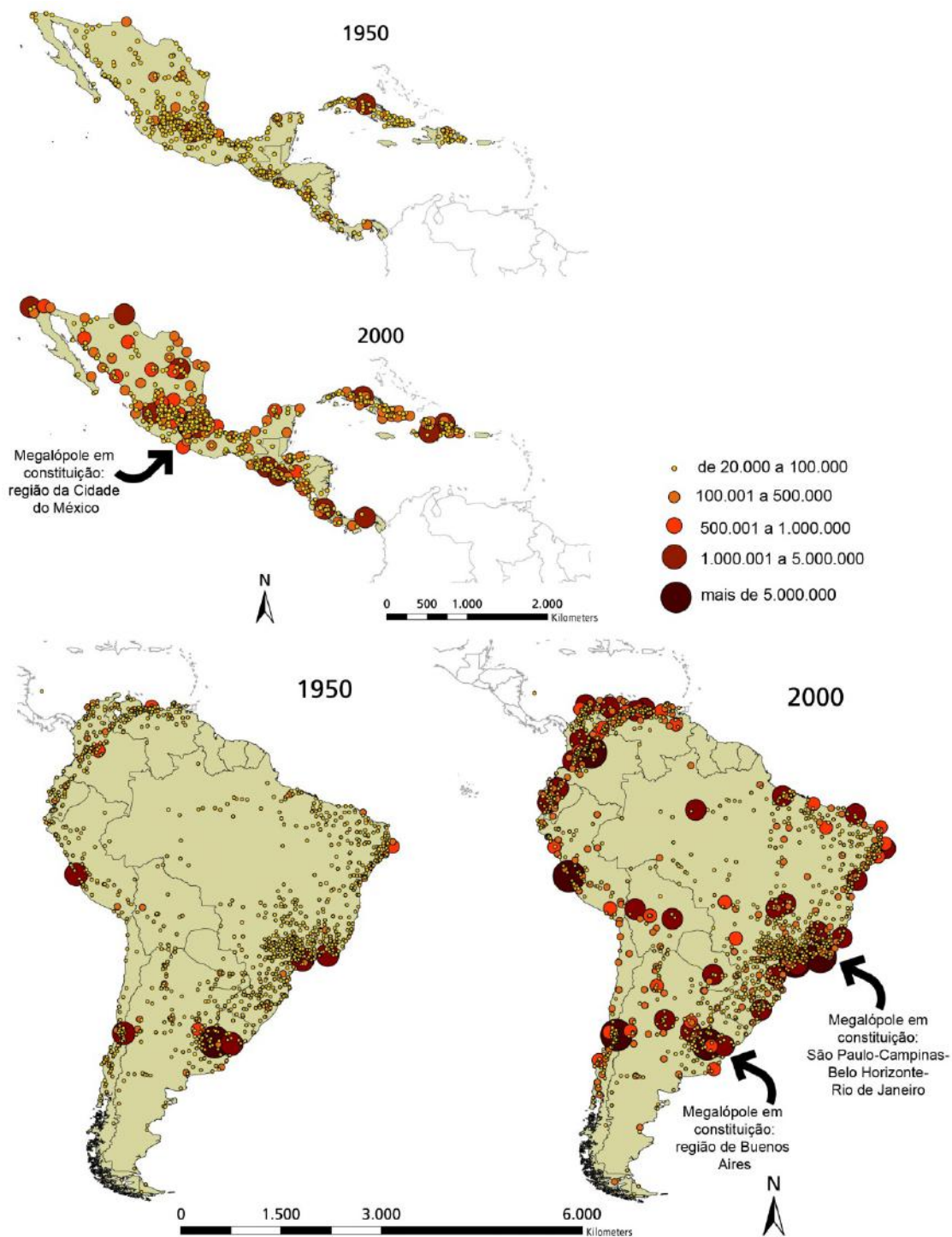
Diante do que foi apresentado, é possível constatar que essa série de implosões-explosões é um processo contínuo em si mesmo cujo resultado incide sobre a constituição gradativa de aglomerações populacionais em que o urbano, mais do que uma morfologia espacial, se manifesta como um modo de vida “invasor” sobre os antigos subúrbios, campos verdes ou zonas rurais.

---

<sup>4</sup> Em 2012, 80% da população da América Latina e Caribe já estava vivendo em áreas urbanas, sendo este um percentual similar aos dos países mais desenvolvidos. Por outro lado, essa região é considerada também a menos povoada em relação ao seu território (ONU-HABITAT, 2012), deixando antever como os processos de urbanização extensiva podem ser particulares conforme as sociedades e territórios em que se apropriam.

<sup>5</sup> Vale apontar também que, mesmo diante dessas evidências, o crescimento populacional e os índices de urbanização estão se desacelerando em comparação ao período de 1950-1980 (ONU-HABITAT, 2012; RIBEIRO, 2014), atestando que a sociedade contemporânea já está num processo de transição urbana.

**Figura 1** – Cidades com mais de 20.000 habitantes na América Latina - 1950/2000.

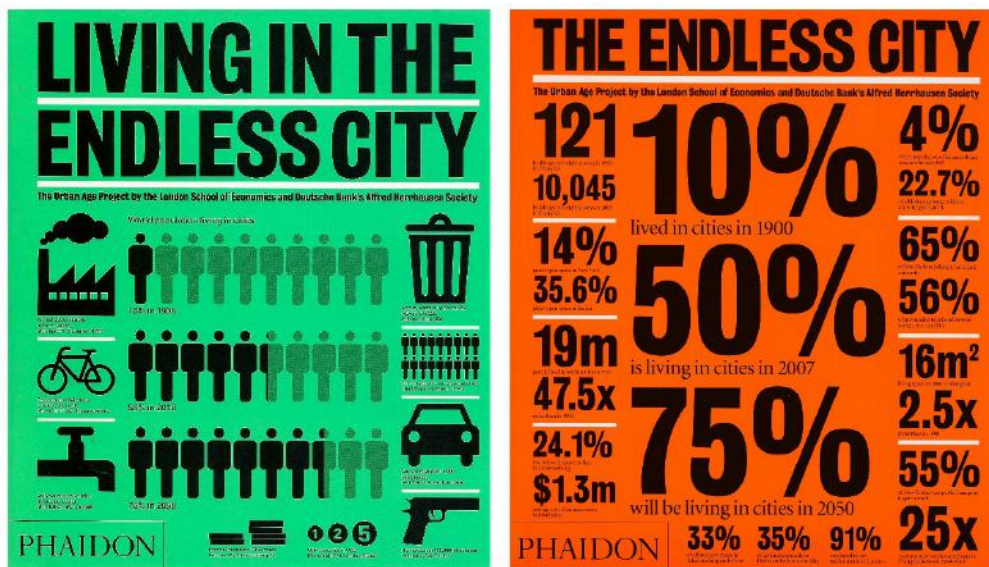


Source: Compiled with data from CELADE, UNDESA and national censuses.

Fonte: ONU-Habitat (2012, p.27) – Reprodução.



**Figura 2** - A era urbana em ilustração: urbanização e crescimento dos níveis populacionais da cidade como uma das problemáticas (ou particularidades) deste período de transição.



Fonte: Capa do livro de Deyan Sudjic e Ricky Burdett, *Living in the endless city* [Vivendo a cidade interminável, em tradução livre] publicado via projeto da London School of Economics e do Deutsche Bank's Alfred Herrhausen Society, em 2011 (Editora Phaidon Press). Reprodução: BRENNER (2013b).

Para Neil Brenner (2013a), é também um processo que gera policentrismos por meio de uma multiplicidade de transformações espaciais e reposicionamentos institucionais que descontroem e reconstróem continuamente o território. É um processo que dá fixidez e mobilidade geográfica; invoca processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização; evidencia processos particulares de produção do lugar e de aglomeração, localização, descentralização e reconfiguração das divisões espaciais do trabalho; incita tendências de regionalização; edifica, mas também desmantela arranjos espaciais; provoca um desenvolvimento espacial, por vezes, desigual das relações político-econômicas.

Em suma, essa zona crítica do urbano pontuada por Lefebvrese apresenta como uma realidade que tende a permear e influenciar a nossa vida política, econômica, social, cultural e socioambiental em termos planetários. Neil Brenner (2013b) diz que o meio urbano construído e aquele em construção, junto às suas respectivas instituições, parece ser um fator determinante para orientar o futuro do capitalismo, as políticas públicas e o ecossistema planetário na sua totalidade.

Deste modo, é a articulação de tais elementos com o urbano, enquanto fator cêntrico desse processo, que, se por um lado, o torna onipresente, por outro, confere-lhe certas imprecisões sobre os seus contornos e limites. É diante desta

percepção que Brenner (2013b) lança a problemática central de seu artigo *Tesis sobre laurbanizaciónplanetaria*<sup>6</sup> quanto às nuances e aos desafios particulares do urbano contemporâneo no seu campo de conhecimento:

Si lo urbano ya no puede ser entendido como un lugar particular – es decir, como un tipo de asentamiento discreto, distintivo y relativamente delimitado, donde prevalecen formas específicas de relaciones sociales –, ¿qué podría entonces justificar la existencia de un campo intelectual dedicado a su investigación? (p. 45).

Em outras palavras, Brenner (2013b) problematiza a clareza e a legibilidade do urbano como um objeto de estudo passível de inconsistências no mundo contemporâneo. Essas inconsistências se baseiam no fato de que a ciência urbana, tal qual é investigada e compreendida por seus pesquisadores, ainda se nutre consideravelmente de um paradigma fundamentado em sua versão simplista, sem complexos que projete o urbano como um urbano *virtual* em oposição a um urbanotão somente *espacial*. É perante esta problematização que Brenner (2013b) assinala a evidência de uma crise epistemológica quanto ao que se propagou periodicamente no campo da ciência urbana desde as suas origens.

Vale apontar, entretanto, que não se trata simplesmente de se refletir sobre uma possível crise epistemológica da ciência urbana em si; para pensá-la, é preciso recorrer às origens da ciência que a originou. Em vista disso, a problemática levantada por Brenner (2013b) se aproxima, do mesmo modo, da reflexão sobre uma possível crise epistemológica da ciência moderna na contemporaneidade.

De que maneira, então, é possível desenvolver um campo intelectual dedicado ao *novo* urbano, em toda sua complexidade, diante das prováveis limitações do paradigma científico dominante?

---

<sup>6</sup> Artigo publicado originalmente em inglês: BRENNER, Neil. Theses on Urbanization. **Public Culture**, New York, v. 25, n. 1, 2013. Disponível em: <<http://www.is.gd/xXwdW4>>. Acesso em 14 set. 2014.

## 2. AS LIMITAÇÕES DO CONHECIMENTO URBANO DISCIPLINAR

A ciência moderna (ou clássica), da qual se derivou a ciência urbana assim como a conhecemos hoje, se impôs como paradigma científico dominante a partir da segunda metade do século XIX por meio, sobretudo, da sistematização do método experimental<sup>7</sup> e de uma ruptura epistemológica<sup>8</sup> frente aos antigos saberes humanos, como o mítico, o religioso, o senso comum e o filosófico. Esse então novo saber moderno e racional, sustentado em provas argumentativas, tinha como propósito o alcance da verdade como condutora ao progresso, visto, por sua vez, como a lei evolutiva do homem. Influenciada pelo Positivismo de Auguste Comte, pode-se dizer que a ciência moderna surgiu como uma espécie de “supremacia” metodológica que passou a direcionar toda a produção do conhecimento rumo a um paradigma científico fechado

capaz de progressivamente estreitar as ideias míticas e religiosas acerca da natureza, do homem e de seu lugar no mundo, em favor do alargamento das verdades positivas, racionais e científicas produzidas pela nova ciência; verdades essas erigidas como “uma nova religião, concreta e universal”, concepções que iam ao encontro dos interesses da burguesia em ascensão (ALVARENGA, PHILIPPI JR., SOMMERMAN *et al*, 2011, p. 4).

Com base numa visão continuísta da história do conhecimento, é possível citar a Lei dos Três Estados, de Augusto Comte, em que são apresentadas as “etapas” de desenvolvimento das ideias pelo qual o homem passou até chegar à sua fase mais evoluída, o “ápice da evolução humana”, segundo o próprio: a primeira etapa, teológica; a segunda, metafísica ou filosófica; e a terceira, positiva ou científica.

Essa terceira fase, assumida pela ciência moderna vigente, rompe com todos os “saberes” anteriores a favor de uma racionalidade única, tratada como “símbolo distintivo da humanidade apta para calcular e apresentar justificativas relativas à exatidão do calculado” (JAPIASSU, 2006 apud ALVARENGA, PHILIPPI JR.,

---

<sup>7</sup> O método experimental tem como premissas do estudo de um objeto a formulação de um problema, a observação e a experimentação do mesmo.

<sup>8</sup> Sommerman (2006 apud ALVARENGA, PHILIPPI JR., SOMMERMAN *et al*, 2011, p. 6) diz que, mais do que uma ruptura epistemológica, a ciência moderna promove uma ruptura igualmente cosmológica (no que se refere à origem, estrutura e evolução do universo) e antropológica (no que se refere à natureza biológica, psicológica, espiritual, cultural e social do ser humano).

SOMMERMAN *et al*, 2011, p. 5). É diante desses aspectos que a ciência moderna ganha forte aproximação com os interesses da sociedade capitalista industrial em desenvolvimento no século XIX, o que a torna hegemônica especialmente em virtude do apoio de uma elite não só econômica, mas também intelectual.

Neste sentido, cabe destacar os pilares básicos dessa ciência (MORIN, 2000 apud ALVARENGA, PHILIPPI JR., SOMMERMAN *et al*, 2011, p. 5):

- a) Princípio da **ordem** – ideia básica de uma concepção determinística e mecânica do mundo onde por trás de toda desordem há uma “ordem escondida” que deve ser desvelada;
- b) Princípio da **separação** – para se entender um problema, é preciso separá-lo (ou decompô-lo) em parcelas simples ou menos complexas;
- c) Princípio da **redução** – a explicação da verdade está contida no mundo físico e biológico, então o problema é mensurável e quantificável;
- d) Princípio da **lógica** – todo problema tem uma identidade que não permite contradições; todo problema é dicotômico. Esse princípio estabelece esquemas cujo objetivo é descartar alternativas com base na lógica indutivo-dedutivo-identitária.

Quanto às origens da ciência urbana, Christian Topalov (1991) aponta grandes similitudes com os aspectos inerentes à sua “ciência-mãe”, isto é, à moderna, delineada por Alvarenga, Phillipi Jr., Sommerman *et al* (2011) neste trabalho. Primeiramente, destaca-se que a aparição de um campo científico dedicado a investigar o urbano correspondeu primordialmente ao ensejo de se obter um projeto progressista de racionalização da cidade industrial a partir do século XIX. Ou seja, a aplicação de certa ordem espacial que se impusesse ao cenário de desordem era um dos objetivos práticos desse campo científico ainda incipiente voltado ao urbano, segundo Topalov (1991).

Nesse sentido, pode-se dizer que o surgimento de uma ciência dedicada às cidades, mais do que um campo de saber em emergência, foi na prática um instrumento político estratégico para tornar real essa “ordem escondida” da cidade, isto é, para “organizá-la” de maneira análoga à organização presente, inclusive, nos preceitos técnicos e racionais da indústria. Assim sendo, a busca por essa ordem dispunha de uma natureza espacial, mas igualmente social, produtiva e política. Seria por intermédio da coalizão dessas ordens a instauração de uma organização

definida futuramente como uma ordem urbana, ou seja, uma ordem pontual e particular unicamente a esse espaço.

À vista disso, a apropriação da ciência moderna por uma burguesia esclarecida encontra correspondência na ciência urbana mediante a apropriação desse campo de conhecimento por administradores ou especialistas urbanos a serviço dos aparelhos governamentais. Assim, os “homens” da ciência urbana, aqueles que a pensavam, também eram os que a praticavam: o objeto e a prática da ciência urbana lhes pertenciam.

Em síntese, a ciência urbana teve origem no fundamento de ideias de progresso e evolução cabíveis de alcance por meio de normas e técnicas de controle. A cidade, para esse campo científico em emergência, se mostrava como um organismo cujo principal remédio era a “planificação”. Era ciência ao mesmo tempo que arte, mas sustentada, sobretudo, por um compilado de disciplinas (saberes “parciais”) que a traduziam numa espécie de sistema, de objeto global (TOPALOV, 1991) que regeria a tão idealizada – e procurada – ordem urbana.

Quanto a esses saberes parciais do “sistema urbano”, cabe uma digressão: Alvarenga, Phillipi Jr., Sommerman *et al* (2011) apontam que a aparição das disciplinas nas universidades remonta ao século XIX, justo a partir da época em que o poder do clero sobre a academia passa a ser substituído progressivamente pelo da burguesia esclarecida, que introduz, nesse meio, os princípios da ciência moderna como base de conhecimento. O abandono do modelo humanista da cultura grega, caracterizado, então, pela autoridade e controle eclesiástico, abre espaço à emancipação desse novo paradigma científico que procura se afastar substancialmente das influências teológicas e filosóficas do saber.

É no bojo dessa emancipação onde se evidenciou o processo de fragmentação da ciência numa série divergente de especialidades fechadas denominadas disciplinas. O conhecimento disciplinar, então, é um reflexo dos próprios pilares da ciência moderna em estudar os seus objetos à base da ordem, da separação, da redução e da lógica. A fragmentação do conhecimento permitiu, portanto, racionalizar e simplificar os saberes conforme os critérios da ciência moderna.

No começo, o campo de saberes parciais sobre o urbano correspondia a todas as disciplinas que de algum modo se mostravam úteis para explicar ou

analisar os elementos que regiam a sua “ordem”: a estatística sanitária, a epidemiologia, a criminologia ambientalista, a observação sistemática dos cortiços e de seus habitantes. Com o desenvolvimento das cidades, novas disciplinas foram sendo incorporadas à sua dinâmica como “ingredientes” de conhecimento bem como elementos-chave de um processo de reconhecimento social e de institucionalização desta ciência:

A ciência urbana, como outras ciências sociais, tem permanentemente duas faces. De um lado, ela reivindica enunciar os saberes produzidos por procedimentos de objetivação do método científico, distintos dos saberes com finalidade prática. Quanto mais as disciplinas são institucionalizadas, principalmente na Universidade, mais precisamente se afirma a legitimidade e a especificidade da “ciência pura”.

[...]

Mas, por outro lado, seu estatuto social e os recursos a sua disposição dependem também do reconhecimento que a sociedade confere à sua produção. De que atores e de que instituições podem eles, podemos nós, esperar este reconhecimento? As respostas a esta questão variam segundo o curso da história e segundo o país, mas elas têm em todos os casos um impacto decisivo sobre os papéis sociais aos intelectuais e, portanto, sobre o próprio desenvolvimento científico.

[...]

O expert é um profissional cuja legitimidade se apóia em um “saber fazer” e em uma capacidade em resolver problemas. Diferentemente do cientista puro, ele não pretende formular por si mesmo as questões, mas reivindica ser consultado e, sempre que possível, aceito. Mas, para que as questões às quais ele é capaz de dar resposta sejam colocadas, é necessário que previamente elas sejam reconhecidas como questões pertinentes por aqueles que decidem (TOPALOV, 1991, p. 34).

Topalov (1991) indica, então, que, se no início, a ciência urbana dispunha de um caráter socialmente generalista por concentrar seus conhecimentos e prática dentro de um grupo social específico tido como dominante, ao longo do desenvolvimento das cidades e, conseqüentemente, da disciplinarização do

conhecimento nas universidades e da aparição de problemas na incipiente “ordem” urbana, os conhecimentos e a prática dessa ciência foram paulatinamente se dissociando em parcelas apropriadas por outras instituições e atores competentes que transformaram-nas em objetos de um saber e um fazer diferentes.

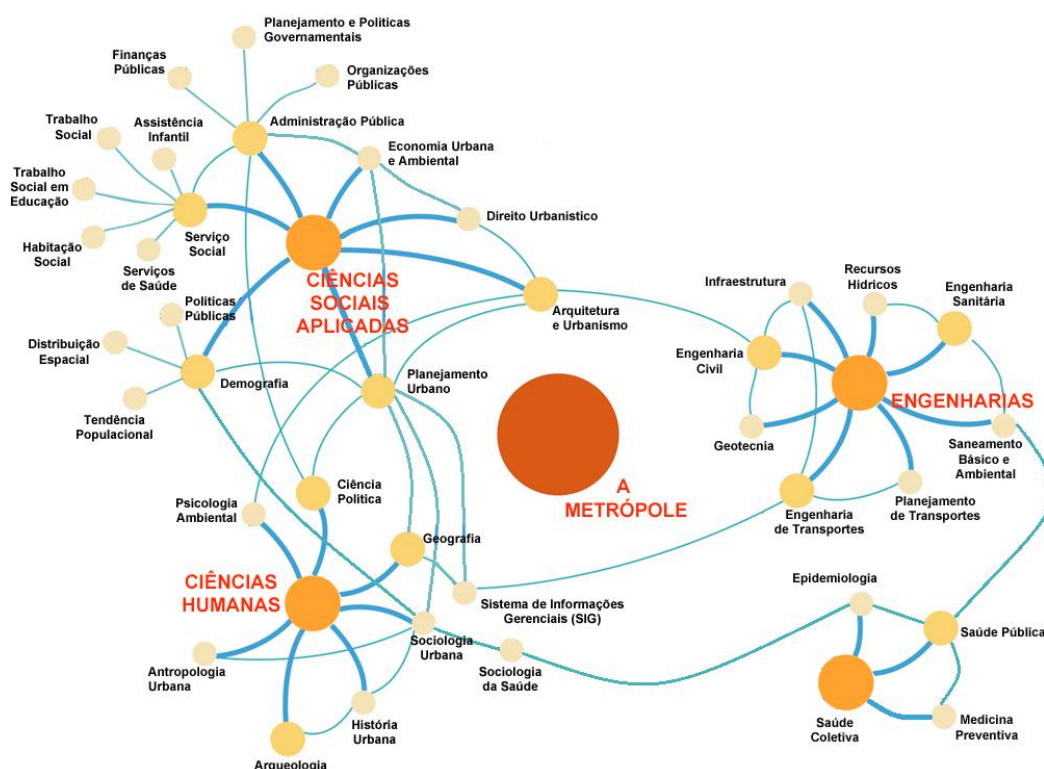
Cabe destacar que a aparição de problemas no alcance da ordem urbana, para Topalov (1991), se mostrava um sintoma de crise do conhecimento; afinal, foi por meio da detecção de “problemas” que se constatava a necessidade de obtenção de novos conhecimentos que “remediassem” tais reveses. Uma vez que os conhecimentos tradicionais não davam conta de solucionar esses problemas<sup>9</sup>, era preciso (re)desenvolver o campo científico do urbano à procura de novas respostas que permitissem continuar direcionando a cidade rumo ao progresso e à evolução. Foi também nessa lógica em que a diferenciação<sup>10</sup> entre o saber e o fazer ganhou maior legitimidade social e ainda mais fracionamento no campo do conhecimento científico.

---

<sup>9</sup> Dito de outra maneira: a aparição de problemas significava o “fracasso” do conhecimento aplicado, pois o saber científico moderno tem como propósito promover uma verdade.

<sup>10</sup>Wallerstein (2002) define diferenciação como “um suposto processo pelo qual tarefas que, num determinado ponto são vistas como singulares, ou a serem realizadas por uma só pessoa e/ou grupo, se dividem de tal modo que passam a ser vistas como múltiplas e realizadas por mais de um autor” (p. 193).

**Figura 3**– Rede tradicional de saberes urbanos: campos e subcampos de conhecimento\*



Elaboração: INCT Observatório das Metrôpoles. (\*) As áreas de conhecimento dispostas na figura se inspiram nos mesmos campos e subcampos de conhecimento do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq).

Foi nesta compreensão que a ciência urbana se pulverizou – não no sentido de aparentemente se precarizar, mas sim no de se qualificar conforme os pilares da ciência moderna por meio de instituições e atores que pudessem dar conta de estudar e analisar racional e cuidadosamente cada parcela desse sistema urbano “problemático” diante de suas respectivas competências intelectuais e práticas.

Ao longo do tempo, essas “parcelas” (disciplinas e saberes) não só do urbano, bem como das ciências de uma forma geral, se multiplicaram consideravelmente: Morin (2000 apud ALVARENGA, PHILIPPI JR., SOMMERMAN *et al*, 2011, p. 14) assinala que entre 1300 a 1950 houve um aumento de 7 para 54 campos de conhecimento ao passo que em 1987 já existiam 8.350 campos, atestando a notória ampliação – e fracionamento – da ciência moderna sobretudo a partir da segunda metade do século XX.



Não à toa que, atualmente, esses saberes do urbano fazem parte de um conjunto ainda mais robusto do que aquele citado por Topalov (1991) como evidente no século XIX. É adequado citar, por exemplo, disciplinas como a demografia, o serviço social, a saúde coletiva, a arquitetura, a administração pública, a engenharia e planejamento de transportes, as finanças públicas, a ciência política, a geografia, etc., como parcelas dessa rede de saberes urbanos que regem a “ordem” urbana.

Por outra perspectiva, essa multiplicidade de saberes pode revelar-se controversa se a defrontarmos com a concepção do urbano contemporâneo, aquele renunciado por Lefebvre (2001; 2004) como um urbano real e virtual, isto é, o urbano que se prolifera espacialmente através de implosões e explosões, mas aquele também que subjuga áreas ditas não urbanas à sua práxis particular. É em atenção a essa defrontação que Lefebvre aponta a ciência urbana nos dias de hoje como sujeita a estar passando por uma fase análoga à zona crítica ilustrada no seu eixo espaço-temporal:

De agora em diante, o urbano é abstrato unicamente sob o título de abstração científica, isto é, legítima. O conhecimento teórico pode e deve mostrar o terreno e a base sobre os quais ele se funda: uma prática social em marcha, a prática urbana em via de constituição, apesar dos obstáculos que a ela se opõem. Que atualmente esta prática esteja velada e dissociada, que hoje existam apenas fragmentos da realidade e da ciência futuras, esse é um aspecto da fase crítica (LEFEBVRE, 2004, p. 28).

O saber urbano enquanto conjunto de disciplinas é, portanto, problematizado como um elemento crítico para se estudar e compreender esse *novo* urbano. Para Lefebvre, a ciência urbana, tal qual está compartimentalizada, parece não dar conta de antever e identificar uma série de outros conhecimentos que estão se acumulando nesta nova realidade – ou melhor, que estão se acumulando **entre** essas disciplinas.

Frente a isso, existe nesta realidade urbana um campo de conhecimento cego (LEFEBVRE, 2004) que não se permite “enxergar” por ser “insignificante” (p. 39) do ponto de vista da pesquisa em seu escopo moderno, porque ele ordena, separa, reduz e mensura o urbano sem levar em conta a sua complexidade. Esse escopo o simplifica, vai na contramão da concepção do urbano em sua compreensão contemporânea:

Em que consiste tal cegueira? No fato de olharmos atentamente o campo novo – o urbano –, vendo-o, porém, com os olhos, com os conceitos, formados pela prática e teoria da industrialização, com um pensamento analítico fragmentário e especializado no curso desse período industrial, logo, redutor da realidade em formação. Desde então, não vemos essa realidade. Opomo-nos a ela, a afastamos, a combatemos; impedimo-la de nascer e de se desenvolver (p. 38).

Por outro lado, cabe destacar que mesmo a ciência moderna sendo um paradigma científico considerado fechado por seu rompimento com os saberes humanísticos que a precederam, além de estar fortemente associada à busca de uma verdade através do poder da natureza (isto é, do mundo físico e biológico), Alvarenga, Phillipi Jr., Sommerman *et al* (2011) e Wallerstein (2002) apontam que, pelo menos no campo das ciências sociais<sup>11</sup>, onde *talvez* poderíamos “categorizar” a ciência urbana, essa superação do conhecimento relativo ao anterior nunca aconteceu de maneira completa.

Wallerstein (2002) diz que o campo das ciências sociais pode ser definido com o conceito de “duas culturas”, afirmando que o pensamento científico moderno, mesmo coagido por critérios de ruptura com os saberes anteriores, não foi capaz de instituir um “divórcio fundamental” entre ciência e filosofia, ou, em outras palavras, numa separação da busca da verdade, por um lado, e da busca do bem e do belo, por outro, nesse campo.

Possivelmente em razão dessas “duas culturas”, que parecem conviver conflituosamente revisitando-se periodicamente, que Wallerstein (2002) sugira que estejamos “usando cada vez mais uma linguagem conceitual comum e operando crescentemente num conjunto único de valores supostamente racionais, que tudo está se tornando mais integrado, resultando em última análise numa maior homogeneidade planetária” (p. 193), ainda que o mundo moderno tenha se galgado em diferenciações e disciplinas – isto é, em valores divergentes, fechados em si próprios.

Essa concepção, se vista pontual e superficialmente, nos permitiria inferir que haveria um consenso no campo das ciências sociais de que a estrutura baseada na

---

<sup>11</sup> Ciências sociais enquanto parte da classificação triádica das ciências segundo critérios de especificidades metodológicas: sociais, naturais e formais.

especialidade de saberes – ou seja, na de disciplinarização dos conhecimentos – estaria por ruir. Esse argumento iria em encontro à problemática prenunciada por Lefebvre (2004) e “ressuscitada” por Brenner (2013b) de que o campo da ciência urbana necessitaria *grosso modo* de uma reintegração dos saberes a fim de que os cientistas dedicados a essa área pudessem trabalhar com o urbano em seu potencial abstrato tal qual este vem se configurando.

Em contrapartida, Wallerstein (2002) assinala que mesmo dentro desse processo de homogeneidade existe paradoxalmente outro de heterogeneidade. Afirma que esse aparente desmantelamento das especialidades se dá, em primeiro lugar, porque o campo das produções científicas se desenvolveu de tal maneira que muitas disciplinas, ainda que designadas como distintas, atualmente se superpõem umas às outras. Isto é, os objetos de estudo de cada disciplina, tratados como diferentes, com definições e modo de estudo claramente particulares a cada uma, têm se mostrado cada vez mais interdisciplinares.

Segundo Wallerstein (2002), por uma questão estrutural relacionada ao ofício dos pesquisadores no mundo, há uma cobrança para que cada pesquisador prove a sua originalidade frente a um tema ou a um objeto de estudo. Isso significa que, mesmo diante de um processo de homogeneidade planetária no campo do saber, existe um outro movimento que força o pesquisador a estar na busca incessante por um “nicho” de pesquisa, o que aprofunda o caráter da especialização à medida que o conhecimento parece estar convergindo sumariamente a uma unidade.

Há, portanto, uma batalha campal cujos aspectos intelectuais e organizacionais científicos se chocam: “estamos nós no caminho organizado correto em termos das consequências intelectuais possíveis ou prováveis?” (WALLERSTEIN, 2002, p. 197). E mais:

Assim, a questão diante de nós é saber se há ou não no momento atual algo especial em relação à questão persistente dos paradigmas competidores, tal como refletidos nas estruturas do saber. Creio que sim. Mas acredito que só poderemos ver o que há de especial se nos deslocarmos não só para além dos nossos subcampos, mas para além da sociologia e, certamente, para além da ciência social. Creio que estamos vivendo um momento em que o esquema cartesiano, que alicerçou todo o nosso sistema universitário e conseqüentemente todo o nosso edifício de especializações, está sendo seriamente desafiado pela primeira vez desde

o final do século XVIII. Acredito que este desafio irá de fato conduzir a uma considerável reestruturação institucional nos próximos 50 anos. E creio ser relativamente urgente para todos nós examinarmos as questões epistemológicas básicas que estão em debate – isto é, buscarmos, a partir dos nossos interesses especializados, o interesse comum de todos os estudiosos (*idem*, p. 199).

Nesse sentido, a crise epistemológica levantada por Brenner (2013b) e renunciada por Lefebvre (2004) sugere a necessidade de se repensar metodologicamente como o urbano é investigado e analisado diante de uma nova era que está em emergência, a urbana. Do mesmo modo, Wallerstein (2002) indica que existe um movimento de convergência disciplinar no campo da ciência que, por limitações estruturais da pesquisa em seu escopo moderno, acaba se chocando e provocando paradoxalmente movimentos internos de divergência que aprofundam ainda mais a disciplinarização do conhecimento, mesmo perante um cenário claro de que os saberes “se alcançam”, isto é, de que eles conseguem dialogar uns com os outros.

À vista disso, é preciso refletir sobre alternativas ou estratégias de requalificação desses saberes em seu conjunto, e não mais individualmente. Como seria possível interligá-los? De que maneira, por exemplo, esse campo de conhecimento cego apontado por Lefebvre poderia ser desvelado e incorporado aos saberes urbanos? Para esta problemática, a ideia de interdisciplinaridade é vista como forma alternativa, complementar e inovadora na produção de conhecimento.

### 3. INTERDISCIPLINARIDADE E REFLEXÕES

Em primeiro lugar, deve-se apontar que a preconização de uma interdisciplinaridade da produção do conhecimento científico como forma de responder à complexidade do urbano – e, logo, do mundo – contemporâneo não se trata de uma superação do conhecimento disciplinar ou até mesmo de uma ruptura com o paradigma científico hegemônico. A interdisciplinaridade é uma estratégia que vem procurando, de maneira crítica, integrar o conhecimento e “humanizar” a ciência mas como complemento ao domínio disciplinar. Para Alvarenga, Phillipi Jr., Sommerman *et al* (2001), o objetivo da interdisciplinaridade é transpassar os limites do conhecimento simplificador, dicotômico e compartimentalizador da ciência moderna através de uma “religação” dos saberes que possa desvelar esse campo cego (LEFEBVRE, 2004) de conhecimentos que se acumulam nas fronteiras disciplinares.

De acordo com a asserção de Wallerstein (2002) mostrada no tópico anterior, de que o campo moderno das ciências sociais nunca conseguiu estabelecer um divórcio de fato entre a ciência e a filosofia – isto é, entre a verdade e o bem e o belo –, Alvarenga, Phillipi Jr., Sommerman *et al* (2001) discorrem também que a interdisciplinaridade incita a aparição cada vez maior de “cientistas-filósofos”, o que corresponderia, portanto, à ideia da presença de “duas culturas” nesse campo. Desta maneira, tais autores qualificam a interdisciplinaridade como uma filosofia da ciência, cujo tratamento e análise

não se referem ao campo da ciência propriamente dita [...]. As questões levantadas [...] são circunscritas não à análise teórica, mas à metateórica, porque seus autores não se preocupam em produzir o conhecimento científico, mas em refletir sobre os próprios fundamentos do conhecimento que é gerado por cientistas, assim como suas possibilidades e limites. Isso significa que eles contribuem igualmente, em uma outra perspectiva e nível de análise, para a produção científica sobre a interdisciplinaridade propriamente dita, enriquecendo esse novo campo de conhecimento em construção (ALVARENGA, PHILLIPI JR., SOMMERMAN *et al*, 2011, p. 52).

Além disso, apontam que o desenvolvimento da interdisciplinaridade recebeu grande influência a partir de 1959 com a publicação de *A lógica da pesquisa científica*, de autoria do filósofo e historiador inglês Karl Popper, por ter revolucionado a ideia de incerteza na ciência moderna. Essa ideia instituiu um novo pilar para orientar a produção do conhecimento, cuja “verdade” passou a ser algo discutível, mas abrindo margem, também, para se criticar o próprio absolutismo desse paradigma hegemônico.

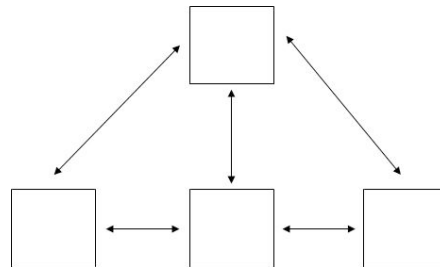
Assim, a concepção popperiana conseguiu confrontar a concepção moderna de verdade do conhecimento apontando que não existem verdades definitivas, mas sim verdades provisórias e não eternas, as únicas as quais o campo científico tem poder de alcançar e produzir. O alcance dessas verdades provisórias só poderia ser bem sucedido se a ciência “falseasse” as suas próprias teorias, isto é, se a ciência conseguisse reconhecer a fragilidade da natureza do seu escopo baseada em princípios de indubitabilidade. A isso confere a ideia de incerteza na ciência introduzida por Popper, permitindo que novas reflexões pudessem emergir quanto a esse campo.

Foi nesse sentido que, ao longo dos anos 1960, o tratamento e a análise da interdisciplinaridade ganharam maior expressão como forma alternativa complementar de se produzir conhecimentos que correspondessem às complexidades do mundo. Logo, a concepção de interdisciplinaridade ganhou outras dimensões que, por sua vez, têm procurado qualificar ainda mais uma produção de conhecimento que entrelace saberes a partir desta perspectiva que estamos tratando.

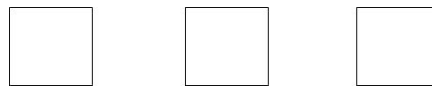
Com referência em outros autores, Alvarenga, Phillipi Jr., Sommerman *et al* (2001) enumeram que esse entrelace de saberes disciplinares vai além de uma interdisciplinaridade em si, mostrando que ele também pode ser, inclusive, multi, pluri, trans e cruzada:

1. A *interdisciplinaridade* concebe que as disciplinas científicas estejam inseridas num grupo disciplinar conexo regido por uma premissa(axioma) hierarquicamente superior. Assim, tal premissa dispõe de um objetivo comum que norteia como as disciplinas interagem umas com as outras,

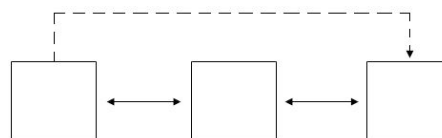
tendo sempre o esquema teórico de uma delas como orientador de tal interação<sup>12</sup>:



2. A *multidisciplinaridade* corresponde a uma variedade de disciplinas que aparecem simultaneamente como semelhantes de algum modo, mas sem que haja uma aparência explícita de como estão conectadas ou dialogam umas com as outras.



3. A *pluridisciplinaridade* consiste na justaposição de disciplinas diversas hierarquicamente niveladas. Concebe uma ideia de cooperação disciplinar, sem que, no entanto, haja coordenação entre elas.

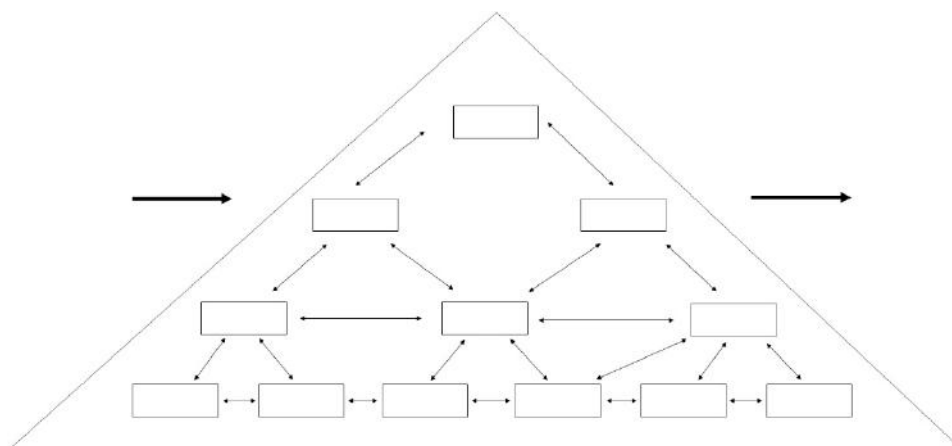


4. A *transdisciplinaridade* coordena todas as disciplinas e subdisciplinas (isto é, as áreas e subáreas de conhecimento) por meio de uma premissa geral que conduz todos os níveis. Essa modalidade se diferencia da de

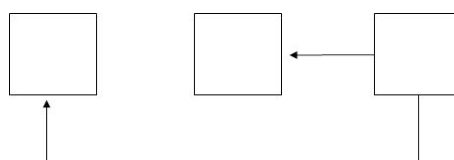
---

<sup>12</sup> Todos os esquemas ilustrativos referentes às disciplinaridades inter, multi, pluri, trans e cruzada são reproduções dos originais de Erich Jantsch (1972 apud ALVARENGA, PHILLIPI JR., SOMMERMAN *et al*, 2011, p. 39-40).

interdisciplinaridade por não conceber a regência de uma premissa superior como coordenadora dessa interação. Na transdisciplinaridade, as disciplinas se coordenam mutuamente, fato que, segundo os autores, permite incitar a criação de um esquema epistemológico.



5. A *disciplinaridade cruzada* consiste na polarização das disciplinas sobre a premissa geral própria de uma disciplina. Esse sistema possui apenas um nível e apenas um objetivo comum controlado pelo “interesse” próprio da disciplina regente.



Nesse sentido, cabe destacar, na mesma proporção, de que modo prático a interdisciplinaridade<sup>13</sup> pode se dar como questão teórico-metodológica. Heinz Heckhausen (1972 apud ALVARENGA, PHILLIPI JR., SOMMERMAN *et al*, 2011, p. 43) afirma que esse modo prático da interdisciplinaridade só pode ser sustentado se levarmos em conta, primeiramente, os critérios básicos para a definição de uma

<sup>13</sup> Mesmo diante desses outros quatro desdobramentos do entrelaçamento de saberes apresentados acima, a concepção de interdisciplinaridade continuará sendo pontuada neste trabalho como a principal e sintética (em relação à cruzada, pluri, multi e trans) estratégia de produção complementar do conhecimento quanto ao paradigma disciplinar.



disciplina, vistos como o “embrião” da prática interdisciplinar. São os critérios de: existência de objeto próprio; um campo de conhecimento definido; um nível de integração teórica; métodos próprios de investigação; instrumentos epistemológicos de análise; aplicação prática; contingências históricas que dinamizam a disciplina. Heckhausen assente ainda que toda disciplina que pertença a uma modalidade interdisciplinar pertence igualmente a um mesmo campo material.

Com essa afirmação, procura explicar que a interdisciplinaridade reflete a complexidade dos campos do saber e do fazer na contemporaneidade, mostrando que ela tenta traduzir, na forma de produção alternativa de conhecimento, o processo conflituoso de fusão (ou transposição, tal qual Wallerstein [2002]) entre os campos científico e profissional existente nos dias de hoje. Nesse processo, cabe mencionar também a prática do ensino como campo importante, que poderia ser considerado uma “ponte” entre o saber e o fazer, isto é, entre a ciência e a profissão.

Desse modo, com base em Heckhausen, Alvarenga, Phillipi Jr., Sommerman *et al* (2001) listam os seis tipos de relações interdisciplinares, em certa ordem ascendente de maturidade, que podem contribuir para aplicação da interdisciplinaridade como questão teórico-metodológica no campo prático: interdisciplinaridade heterogênea (1); pseudointerdisciplinaridade (2); interdisciplinaridade auxiliar (3); interdisciplinaridade composta (4); interdisciplinaridade complementar (5); interdisciplinaridade unificadora (6).

A primeira relação, *interdisciplinaridade heterogênea* (1), se refere à identificação de esforços que procurem combinar programas disciplinares diferenciados como forma de produção de conhecimento interdisciplinar, tanto no campo do ensino, como também no profissional. Segundo os autores, essa relação tende a “contrabalançar os efeitos da especialização” – isto é, suas limitações (p. 44).

A segunda relação, *pseudointerdisciplinaridade* (2), procura desmistificar a ideia de que disciplinas que empreguem os mesmos instrumentos de análise sejam intrínsecas e, portanto, interdisciplinares apenas por esse fator. Como vimos, a interdisciplinaridade não se constitui à base de similitudes; trata-se de um sistema mais complexo de interação científica onde a pseudointerdisciplinaridade, enquanto relação prática desse campo, busca esclarecer.

A terceira relação, *interdisciplinaridade auxiliar* (3), versa sobre as trocas ou empréstimos nos métodos e nas técnicas de pesquisa entre as disciplinas. Essa prática, conforme observação dos autores, teria algumas semelhanças com o modo de “disciplinaridade cruzada”.

A quarta relação, *interdisciplinaridade composta* (4), corresponde à capacidade interdisciplinar de formulação técnica ou objetiva de problemas complexos. Infere-se que esta prática corresponda à uma ideia de “matematização” de temas ditos sociais, mas sem ater-se à concepção racional tradicional da ciência moderna. É uma correlação de saberes, uma troca e um suporte para a expressão de problemas complexos em termos técnicos, mais aplicáveis.

A quinta relação, *interdisciplinaridade complementar* (5), equivale à integração de todo conhecimento que se acumula nas fronteiras disciplinares, dado o fato de que são campos de estudos em níveis hierarquicamente correspondentes, parâmetro que dá legitimidade ao desvelo desse conhecimento como fragmento de uma potencial integração teórica.

A sexta e última relação, *interdisciplinaridade unificadora*, se refere à unificação dos campos de estudos de duas disciplinas que, por coerência, se mostrem estreitos o suficiente para que ocorra uma integração teórica. Heckhausen afirma que se trata de uma prática de interdisciplinaridade bastante antiga, que remonta aos anos 1970. Como exemplo, aponta a tentativa de se unificar a biologia à física no nível de integração teórica desta última na referida década (ALVARENGA, PHILLIPI JR., SOMMERMAN *et al*, 2011, p. 45).

À vista do que foi apresentado, é possível vislumbrar com esses delineamentos alternativas possíveis de reflexão e prática sobre o desenvolvimento da ciência urbana no mundo contemporâneo. Se por um lado esses delineamentos interdisciplinares ainda se mostram incipientes e, por conseguinte, à guisa de maiores conclusões sobre os seus efeitos na produção do conhecimento, por outro, eles desafiam a própria definição – e natureza – das características básicas de uma disciplina. Existe uma relação intrínseca entre a percepção da natureza interdisciplinar de fenômenos complexos (e de temas transversais) com a base disciplinar.

Isso porque tal relação permite dar melhores definições e explicações a essa base mesmo diante de um movimento de interdisciplinarização, cujo motor reside no

entendimento de que é preciso “saber ou fazer novas e criativas perguntas de partida” sobre essas disciplinas (ALVARENGA, PHILLIPI JR., SOMMERMAN *et al*, 2011, p. 60).

Essas novas e criativas perguntas de partida se referem à colocação de problemas que sejam identificados como apropriados mais pela natureza científica ou mais pela natureza filosófica. Não se trata de literalmente categorizar a problemática dessas disciplinas em uma ou outra natureza, mas sim de ponderá-la com base em uma dessas culturas, isto é, de procurar analisar a qual delas o problema mais se aproxima, se da ciência ou da filosofia, se da verdade ou do bem e do belo. Essa síntese prática da interdisciplinaridade é o que corresponde à ideia da emergência de “cientistas-filósofos” como atores peculiares ao desenvolvimento desse campo.

Nesse sentido, Alvarenga, Phillipi Jr., Sommerman *et al* (2011) complementam o sentido da interdisciplinaridade enquanto prática:

Podemos considerar, em termos gerais, que o importante a observar como estratégia de trabalho interdisciplinar – que busca transpor fronteiras disciplinares e promover trocas – é dispormos de um arsenal teórico, ou sistema teórico, que compreenda, segundo o autor, conceitos (teóricos), hipóteses, teorias e, poderíamos acrescentar modelos (teóricos) disponíveis para isso. Na busca de trocas, no âmbito teórico, o primeiro desafio é observar a existência ou não de comensurabilidade entre conceitos, hipóteses e teorias, o que significa identificar se estes são passíveis de trocas teórico-metodológicas, possibilitando seus deslocamentos dos sistemas teóricos de origem para a construção de um novo esquema de referência teórico-metodológico, capaz de nortear nosso trabalho de investigação (p. 60).

A partir desse entendimento teórico-metodológico quanto à possibilidade da interdisciplinaridade se fundamentar numa alternativa complementar à produção do conhecimento disciplinar, cabe retornar à discussão da problemática renunciada e levantada por Lefebvre (2004) e Brenner (2013b), respectivamente, sobre a crise epistemológica do urbano nos dias de hoje.

A interdisciplinaridade, como vimos, parece ser atualmente a resposta mais adequada à essa problemática; porém, como ela pode se dar no campo científico do

urbano? Ou melhor: quais são os caminhos e estratégias que o próprio campo científico do urbano deve percorrer para se equiparar à reflexão e às práticas interdisciplinares?

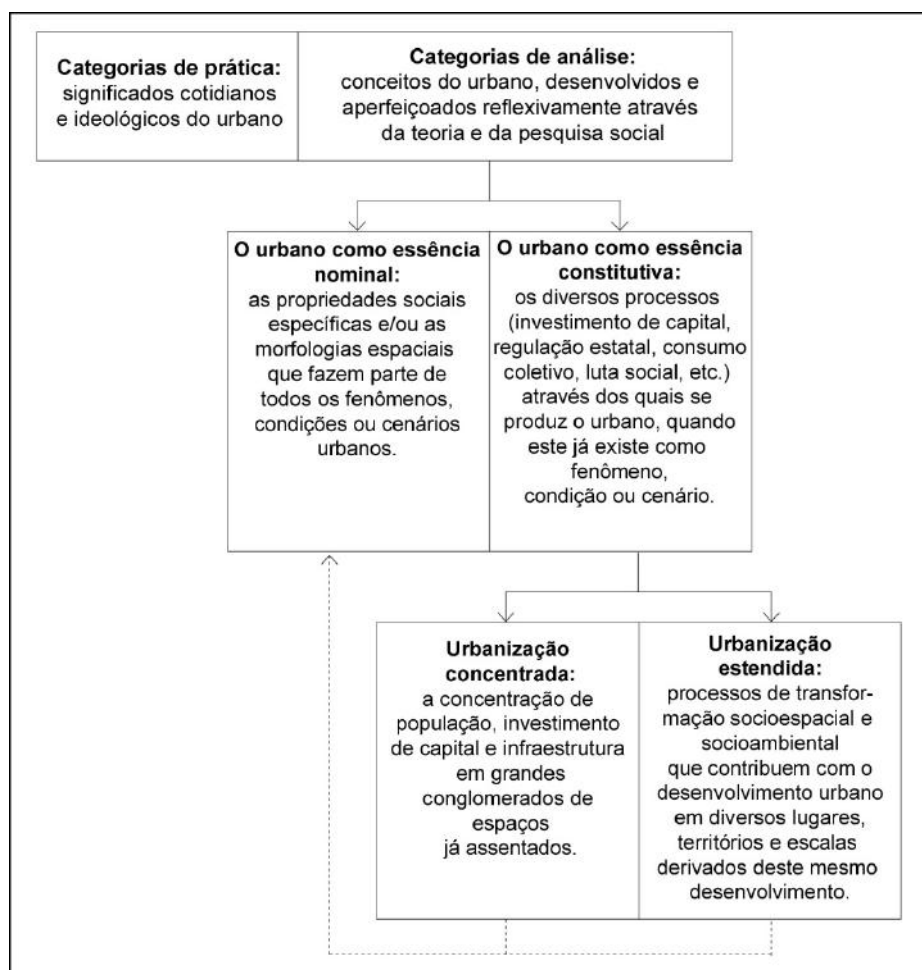
Brenner (2013b) pontua que o ponto de partida seja o fato de que os pesquisadores dedicados a investigar o urbano devessem considerá-lo, de uma vez por todas, como uma “metanarrativa”. Ou seja, a consideração de que o urbano é uma narrativa contida na sua própria narrativa; é um processo, não mais um estado. O urbano é contínuo como o tempo, embora disponha de uma particularidade espacial própria cuja dinâmica não se desune desse tempo – tempo e espaço são intrínsecos. Levando tal concepção em conta, Brenner (2013b) sugere que o urbano precisa ser investigado, então, como parte de duas categorias não dissociadas: uma categoria de prática e outra de análise.

A *categoria de prática* do urbano seria o conjunto correspondente a todos os significados cotidianos e ideológicos do urbano (morfologia, a ideia de um espaço particular que possua uma práxis própria, o urbano como palco de lutas sociais). A *categoria de análise*, por sua vez, corresponde a todos os conceitos do urbano desenvolvidos e aperfeiçoados reflexivamente através da teoria e da pesquisa. Essa categoria se refere, portanto, à *nova* concepção do urbano, de que este se trata de um urbano extensivo e virtual.

Essa *categoria de análise* se desmembra em duas conotações diferentes, mas, novamente, não dissociadas: a perspectiva de que, a partir da análise, exista um urbano estudado como *essência nominal* e um outro urbano como *essência constitutiva*. O urbano como *essência nominal* se resumiria a todas as propriedades sociais específicas e morfologias espaciais comuns aos espaços e cenários urbanos. Já o urbano como *essência constitutiva* equivale aos diferentes processos (investimento de capitais, regulação estatal, consumo coletivo, luta social etc.) por meio dos quais se produz e se reproduz o urbano.

Nesse esquema, Brenner (2013b) aponta, então, que é através dessa categoria de análise onde os processos de implosão-explosão (urbanização concentrada e urbanização extensiva) se evidenciam, cuja interação provoca efeitos espaciais-temporais que retornam à conotação analítica do urbano enquanto *essência nominal*. Para um melhor entendimento, observe o esquema na página a seguir:

**Esquema 2** – Distinções úteis para estudar o urbano em sua complexidade



Fonte: Reprodução do esquema apresentado em Brenner (2013b, p. 51).

Cabe apontar como aspecto interessante do Esquema 2 a conclusão de que a categoria de prática, muito embora seja pontuada como ponto de partida “isolado” do esquema, também esteja presente na categoria de análise quando esta se desdobra nas conotações de que o urbano deve ser tratado tanto como uma essência nominal quanto uma essência constitutiva. Essa sistematização permite apreender, mesmo que de modo superficial, certa coordenação entre cada uma das partes do esquema, regidas pela premissa do urbano contemporâneo – ou, como Brenner (2013b) designa em seu artigo, a premissa de uma “urbanização planetária”.

Considerando o conteúdo desse esquema e confrontando-o com aquele referente à sistematização da interdisciplinaridade, é possível encontrar grandes semelhanças que não só validam a pertinência de se estudar o urbano de modo interdisciplinar, mas que também prenunciam algumas reflexões de como o

conhecimento sobre esse *novo* urbano pode se manifestar no campo disciplinar rumo a uma maior integração de seus saberes através da interdisciplinaridade:

- O urbano é uma construção teórica: não é um lugar, um espaço ou um objeto preestabelecido, mas sim uma zona de pensamento que se substancia num processo de reintegração teórica dos conhecimentos;
- O “ponto focal” da ciência urbana deve ser o *todo*: em grande parte dos estudos urbanos realizados durante o século XX, as cidades foram consideradas o “ponto focal” mais transparente da pesquisa e o mais empiricamente coerente. Conforme vimos em Lefebvre (2004) e também em Monte-Mór (2006) e Brenner (2013a), o urbano contemporâneo é virtual e também uma questão de escala, o que corresponde à necessidade de extensão do seu campo de conhecimento para além de suas condições históricas e geográficas e ao encontro das orientações político-normativas deste urbano em curso;
- O urbano é “outro” mas o *não-urbano* também: a dicotomia cidade-campo/urbano-rural perde força e exige a necessidade de se estudar as condições socioespaciais desse *outro lugar*, que é virtualmente urbano<sup>14</sup> embora capaz (ou ainda em vias) de tornar-se realmente urbano.
- Tipologias com base em processos socioespaciais: tradicionalmente, as tipologias urbanas se basearam em termos de assentamentos, isto é, em tipologias simplesmente nominais referentes a um espaço geográfico em si. Brenner (2013b) sugere desviar o estudo das tipologias para um perfil de processos, onde essas categorias possam ser expressas em termos de essências constitutivas que englobem outras disciplinas que não somente as de história, geografia, arquitetura etc.

---

<sup>14</sup> Como exemplo, podemos citar ligeiramente o caso de áreas dedicadas à agricultura: o que se produz no agrário é necessariamente uma produção para reprodução deste meio ou para o meio urbano? Se levarmos em consideração a tendência de que muita dessa produção está orientada para o mercado e às exigências da indústria, é possível pensar, então, que estejamos falando de uma área agrária mais virtualmente urbana cujo desenvolvimento, dependendo das circunstâncias, pode torná-la realmente urbana.

- Renovação do léxico de diferenciação socioespacial como ponto de partida epistemológico para a iniciativa interdisciplinar: os vocabulários herdados sobre os espaços assentados do urbano não correspondem mais à realidade de urbanização planetária.
- O urbano tende a ser homogeneizador, mas produz paisagens socioespacialmente heterogêneas: a organização industrial, laboral, político-regulatória e ambiental de cada espaço, mesmo que sob a égide de uma práxis particular e única, gera cenários distintos territorialmente e, logicamente, não passíveis de generalização. São cenários complexos.

As chamadas “teses” apresentadas por Brenner (2013b) em seu artigo são, portanto, ensaios que permitem aos pesquisadores e cientistas urbanos vislumbrarem que relações “ocultas” podem ser desveladas à luz dos processos constitutivos que caracterizam este urbano na contemporaneidade. É um exercício de mapeamento cognitivo dos elementos trazidos nessas teses, sendo um possível e utilitário instrumento a prática da interdisciplinaridade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou refletir sobre o urbano contemporâneo ao pontuar que este não é mais passível de ser caracterizado apenas em função dos seus conceitos tradicionais. A dicotomia cidade-campo ou simplesmente a ideia de que o urbano pressupõe uma separação espacial de diferentes formas de assentamento sob critérios morfológicos não se mostram mais suficientes para explicá-lo. O urbano contemporâneo alcança outros patamares de compreensão que não somente aqueles vinculados classicamente à cidade. Este urbano sistematiza e entrelaça no espaço instituições, deslocamentos e concentrações populacionais, desenvolvimento, lutas políticas, modo de vida, relações sociais e aspectos culturais que lhe são próprios numa rede que se estende por todo o território de modo virtual. Este é o poder do urbano contemporâneo de influenciar e canalizar a sua práxis sociopolítica a outras partes de maneira cêntrica.

Para entender mais adequadamente este urbano, foi mostrado que a prática de interdisciplinaridade no campo da ciência vem se mostrando como uma tendência de aperfeiçoamento transgressora às limitações do paradigma hegemônico disciplinar, no qual o conhecimento é parcelado e, necessariamente, dicotomizado sem levar em conta a complexidade da realidade que se busca aprender.

Por fim, vale enfatizar que a interdisciplinaridade é uma prática de aperfeiçoamento que não se esgota. Ou seja, é uma prática que nos fornece um horizonte de como se pode produzir um conhecimento menos fragmentado. É uma alternativa à produção do conhecimento disciplinar. O mesmo vale para o urbano discutido neste trabalho; como afirmou Lefebvre (2004, p. 28), “o urbano é o possível, definido por uma direção, no fim do percurso que vai em direção a ele”.

Deste modo, a interdisciplinaridade não só se apresenta como uma metodologia científica mais qualificada para decifrar o urbano contemporâneo diante da sua complexidade, mas também vai em encontro à sua ideia de horizonte e de possibilidade. Esta é uma discussão que, muito embora não se conclua, nos permite fazer relações e traçar estratégias a favor de um conhecimento no campo do urbano que seja mais transgressor e mais qualificado para driblar as limitações da ciência moderna e hegemônica.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVARENGA, Augusta Thereza de; PHILIPPI JR., Arlindo; SOMMERMAN, Américo; *et al.* “Histórico, fundamentos filosóficos e teórico-metodológicos da interdisciplinaridade”. In: PHILIPPI JR, Arlindo & SILVA NETO, Antônio José da. (Org.). **Interdisciplinaridade em Ciência Tecnologia & Inovação. Interdisciplinaridade em Ciência Tecnologia & Inovação**. 1 ed. Barueri: Manole, 2011, v. 1, pp. 3-68.

BOTTOMORE, Tom (org). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

BRENNER, Neil. Reestruturação, reescalamento e a questão urbana. **GEOUSP - espaço e tempo**, São Paulo, n. 33, pp. 198-220, 2013a.

BRENNER, Neil. Tesis sobre la urbanización planetaria. **Nueva Sociedad**, n. 243, jan-fev., 2013b.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MONTE-MÓR, Roberto L. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 111, p. 09-18, jul./dez. 2006.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Urban transition: hopes and challenges (with Brazilian and other Latin American References). **Anais...Urban Futures SquaringCircles (UFSC) - 2050**. Lisboa, ICS-Universidade de Lisboa, 2014.

UNITED NATIONS HUMAN SETTLEMENTS PROGRAMME (UN-HABITAT). **State of Latin American and Caribbean cities: towards a new urban transition**. Kenia: UN-Habitat, 2012.

SILVA, Harley; MONTE-MÓR, Roberto L. Transições demográficas, transição urbana, urbanização extensiva: um ensaio sobre diálogos possíveis. **Anais... XVII Encontro Nacional da ABEP**. Caxambu: ABEP, 2010. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/?q=publicacoes/anais/anais-2010-st-mobilidade-territorial-e-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>>. Acesso em 18 nov. 2014.

TOPALOV, Christian. Os saberes sobre a cidade: tempos de crise? **Anais... IV Encontro Nacional da ANPUR**. Salvador, ANPUR, 1991.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O fim do mundo como o concebemos**. Ciência social para o século XXI. Rio de Janeiro: Revan, 2002.